



FABIO CAMPANA

Boa nova

NEM TUDO são lágrimas neste vale das privatizações. Há boa notícia sobre a melhoria das condições de existência. Contrariando as expectativas dos catastrofistas, a taxa de pobreza em Curitiba, região metropolitana e periferia caiu. O prefeito Cássio Taniguchi acredita que a cidade está recuperando-se de uma circunstância adversa, com o adensamento da população atraída pela industrialização.

Tanto é assim que se inverteu a tendência anterior e de 1999 a 2000 a região diminuiu 12% da pobreza. Índice para ninguém botar defeito. O fenômeno, segundo os técnicos, é explicado pela expansão do mercado de trabalho na indústria e pela elevação média dos salários. Além da eficácia dos programas para reduzir a fome e a miséria desenvolvidos pela prefeitura.

Os dados atuais são bem diferentes dos apresentados pela pesquisa "O mapa do fim da fome: Metas sociais contra a miséria" divulgado há um mês com informações coletadas de 1996 a 1999. A pesquisa apontava Curitiba como a capital com maior crescimento da pobreza entre as capitais pesquisadas. Alta de 16%.

Agora se vê que no período de 1999 a 2000 a pobreza registrou queda de 11,52% na região metropolitana. Na Capital caiu 12,31% e na periferia a queda foi de 11,76%. Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o resultado surpreendeu. "Eu não esperava uma variação tão grande", disse.

Neri se baseou em informações da Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE. Os dados levam em consideração a renda do trabalhador. "Curitiba, que tinha liderado o aumento da pobreza, agora lidera a redução. Está conectada a retomada da economia brasileira e uma capacidade do curitibano de aproveitar essa retomada", explicou.

O Brasil é o país da América Latina que mais gasta para reduzir a miséria. A pesquisa mostra que o país tem aproximadamente 50 milhões de indigentes com renda mensal inferior a R\$ 80,00 per capita. Para acabar com a miséria seria necessário um investimento de R\$ 1,7 bilhão por mês, pouco mais de R\$ 10,00 por habitante, durante um ano. Mas isso depende de políticas que ultrapassem o limite do município. E não chegarão tão cedo.

